

AI. Nº - 108880.0402/07-2
AUTUADO - COATLAND DO BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE FIBRAS, RESINAS E TINTAS LTDA.
AUTUANTE - MARIA CONSUELO GOMES SACRAMENTO
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
INTERNET - 28.05.08

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0015-05/08

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS DO ICMS. Comprovado recolhimento de parte do valor exigido. Infração parcialmente caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 18/12/2007, lança o valor de R\$4.472,82, acrescido da multa de 50%, decorrente de recolhimento a menos de ICMS, na condição Empresa de Pequeno Porte, enquadrada no Regime Simplificado de Apuração do ICMS (SIMBAHIA).

O autuado, na defesa apresentada às fl. 49, contesta parte do valor exigido, sob a alegação de que foram computados em duplicidade os cupons dos dias 04, 05, 07, 08, 14, 15, 16, 17, e 18/10/2002. Diz ainda, que no mês 11/2002 a Nota Fiscal nº 2254 no valor de R\$635,00 de devolução, foi considerada como venda, e a Nota Fiscal nº 2304, na quantia de R\$15,00, com cupom fiscal já emitido, também foi considerada como venda no mês 12/2002, tendo sido o imposto pago em duas parcelas, com vencimentos nos dias 09/01 e 19/02/2003.

O autuante, em sua informação fiscal, fl.63 e 64, descreve as alegações do autuado e diz que, verificando os lançamentos dos cupons fiscais no demonstrativo constata a duplicidade alegada até o dia 17 de outubro.

Afirma que com relação ao documento fiscal nº 2254 verifica que se trata de nota fiscal de entrada emitida pela própria autuada, referente à devolução de vendas. Diz que a Nota Fiscal nº 2304, foi emitida em 25/11/2002 e o cupom fiscal referente a este valor foi emitido em 26/11/2002, posterior a emissão da referida nota.

Salienta que analisando o sistema de Relação de DAE da SEFAZ constatou o recolhimento de parte do imposto em 09/01/2003 e o restante em 19/01/2003.

Informa que acata as razões apresentadas com relação à duplicidade dos cupons, com exceção do dia 18 que foi lançado apenas uma vez; a exclusão da receita no valor de R\$635,00 constante na Nota Fiscal nº 2254; bem como a inclusão do valor pago em 19/01/2003.

Finaliza sua informação fiscal argüindo que com relação à Nota Fiscal nº 2304, não acata a alegação do autuado por ter sido a mesma emitida um dia antes da emissão do cupom fiscal.

VOTO

O Auto de Infração trata de recolhimento a menos do ICMS na condição de empresa de pequeno porte no regime simplificado de apuração do imposto (SIMBAHIA).

Examinando o processo, constatei que o autuante elaborou planilha e relacionou diversos documentos fiscais relativos a operações de saídas, fls.09 a 32. Vejo também, que no período levantado, identificou separadamente notas e cupons fiscais, considerando os estornos e as devoluções correspondentes fl. 08. Resumiu os referidos elementos no demonstrativo de débito – EPP, onde calculou e apurou as diferenças, objeto da autuação fl. 07.

O sujeito passivo contestou o lançamento de alguns valores por entender que tais exigências foram feitas em duplicidade e apresentou outro demonstrativo de débito, totalizando R\$1.074,61, entendendo ser este o valor remanescente devido.

Do exame realizado nas peças processuais, constatei que o autuante ao analisar as alegações defensivas, bem como os documentos fiscais, as planilhas e os DAE apresentados, fls.50 a 61, elaborou novo demonstrativo e excluiu do Auto de Infração os valores de R\$109,35, R\$28,28 e R\$3.104,34 referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro/2002, respectivamente, lançados indevidamente. Com os ajustes realizados o Auto de Infração teve o seu valor reduzido para R\$1.230,84. No que concordo, pois está correto o procedimento do autuante.

Constatei que foi fornecido ao autuado, cópia das novas planilhas e que foi concedido, de forma correta, prazo de 10 dias para o sujeito passivo se pronunciar e o mesmo não se manifestou. Reconheceu o débito remanescente lançado, no valor de R\$1.230,85 e pediu o parcelamento do mesmo, conforme relatório SIGAT, apensados às fl. 72 do PAF.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração **n.º 108880.0402/07-2**, lavrado contra **COATLAND DO BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE FIBRAS, RESINAS E TINTAS LTDA.**, no valor de **R\$1.230,85**, acrescido da multa de 50% previstas no art. 42, I, “b”, item 3, da Lei n.º 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor pago.

Sala das Sessões do CONSEF, 19 de maio de 2008.

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – PRESIDENTE

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA – RELATOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO – JULGADOR